

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
EDITAL
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

O PROCURADOR DE JUSTIÇA CARLOS ANTONIO NAVEGA, na qualidade de Presidente da Comissão do XXXI Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público, TORNA PÚBLICO o programa para as provas escritas preliminar e especializadas e para as provas orais do referido concurso:

1. BANCA DE DIREITO PENAL, DE DIREITO PROCESSUAL PENAL E DE DIREITO ELEITORAL:

1.1. DIREITO PENAL

Ponto nº 1

- a. Conceito e características do Direito Penal. Histórico do Direito Penal Brasileiro. Fontes do Direito Penal. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Norma penal. Concurso de crimes. Ilícitude e causas de sua exclusão. Aplicação da pena. Penas restritivas de direito.
- b. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a paz pública.
- c. Crimes Militares. Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 1997). Crimes previstos no Decreto-Lei 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06).

Ponto nº 2

- a. Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Lei penal em relação às pessoas. Concurso aparente de normas. Concurso de pessoas. Culpabilidade e causas de sua exclusão. Aplicação da Pena. Pena privativa de liberdade. Extinção da punibilidade.
- b. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a Administração Pública.
- c. Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.137, de 1990 e Lei nº 8.078, de 1990). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 6.938, de 1981 e Lei nº 9.605, de 1998). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006).

Ponto nº 3

- a. Princípios constitucionais penais. Fato típico. Classificação dos crimes. Medidas de Segurança. Reabilitação. Livramento condicional. Aplicação da pena. Pena de multa. Extinção da punibilidade.
- b. Crimes contra os costumes. Crimes contra a honra. Crimes contra a pessoa.
- c. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Organizações criminosas (Lei nº 9.034, de 1995). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006). Crimes previstos no Decreto-Lei 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores).

Ponto nº 4

- a. Ilícitude. Culpabilidade. Causas excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Aplicação da pena. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena (“sursis”)
- b. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio.
- c. Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 1997). Execução Penal (Lei nº 7.210, de 1984). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06)

Ponto nº 5

- a. Fato típico. Aplicação da pena. Medidas de segurança. Efeitos da condenação. Reabilitação. Concurso aparente de normas. Extinção da punibilidade.
- b. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a liberdade sexual. Crimes contra a administração pública.
- c. Crimes tipificados no Decreto-lei nº 201, de 1967. Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990). Crimes previstos na Lei nº 9.434, de 1997. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06).

Ponto nº 6

- a. Princípios constitucionais penais. Fato típico. Concurso de crimes. Erro. Aplicação da pena.
- b. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a família. Lesões corporais. Crimes contra a liberdade individual e pessoal. Crimes contra a honra. Crimes contra o patrimônio.
- c. Crimes falimentares (Lei 11.101, de 2005). Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716, de 1989). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Crimes previstos na Lei nº 9.029, de 1995. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 7.853, de 1989). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93).

Ponto nº 7

- a. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. Erro. Concurso de pessoas. Aplicação da pena. Extinção da punibilidade. Fato típico.
- b. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio.
- c. Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 1999). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Crimes previstos no Decreto-Lei 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores).

Ponto nº 8

- a. Princípios constitucionais penais. Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes omissivos e comissivos. Aplicação da pena.
- b. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a fé pública.
- c. Crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 1997). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990). Proteção a programas de computadores (Lei nº 9.609, de 1998). Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.078, de 1990 e Lei nº 8.137, de 1990). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93).

Ponto nº 9

- a. Princípios constitucionais penais. Concurso de crimes. Erro. Ilícitude e causas de exclusão. Aplicação da pena. Penas restritivas de direitos. Extinção da punibilidade.
- b. Crimes contra a honra. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra fé pública.
- c. Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990). Corrupção de menores (Lei nº 2.252, de 1954). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06).

Ponto nº 10

- a. Relação de causalidade. Concurso de pessoas. Dolo e culpa. Consumação e tentativa. Aplicação da pena. Pena privativa de liberdade.
- b. Crimes contra a vida. Lesões corporais. Crimes contra o patrimônio.
- c. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 1965). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990). Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613, de 1998). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº

10.826, de 2003). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93). Crimes previstos no Decreto-Lei 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores).

1.2. DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ponto nº 1

- a. Procedimento no Júri (Lei 11.689/08). Procedimento da Lei nº 11.343/06 (Tóxicos).
- b. Procedimento dos crimes de trânsito. Procedimento dos crimes falimentares (Lei nº 11.101/05).
- c. Jurisdição e competência.

Ponto nº 2

- a. A Prisão processual. Outras medidas cautelares processuais penais. A Liberdade. Liberdade provisória vinculada.
- b. O procedimento Sumaríssimo (Juizados Especiais Criminais).
- c. Procedimento sumário. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Violência familiar e doméstica contra a mulher (Lei nº 11.340/06).

Ponto nº 3

- a. Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal.
- b. Os sistemas processuais penais e os princípios processuais penais.
- c. Ação penal pública.

Ponto nº 4

- a. *Habeas Corpus*.
- b. Prova. Teoria geral e admissibilidade da prova. Prova ilícita e ilegítima. A Lei 11.690/08.
- c. Decisões penais. Princípio da correlação entre a acusação e sentença.

Ponto nº 5

- a. Execução. Princípios básicos. Regimes de cumprimento de penas privativas de liberdade. A progressão e os Crimes Hediondos. O RDD (Lei 10.792/2003).
- b. Prova oral: testemunhas e ofendido. A Lei 11.690/08. A Videoconferência (Lei 11.900/09).

- c. Vícios dos atos processuais. Irregularidades, nulidades e inexistência.

Ponto nº 6

- a. Ação penal privada subsidiária da pública.
- b. Recursos. Modificações da Lei 11.689/08. Teoria geral dos Recursos. Princípios e pressupostos. Admissibilidade recursal.
- c. A Denúncia e seu aditamento. A Lei 11.719/08. O interrogatório. A Videoconferência(Lei 11.900/09).

Ponto nº 7

- a. Apelação. Recursos constitucionais.
- b. Exame de corpo de delito e perícias em geral.
- c. Condições para o exercício da ação penal e pressupostos processuais. O recebimento da inicial processual penal e a chamada absolvição sumária(Lei 11.719/08).

Ponto nº 8

- a. Recurso em sentido estrito. Os embargos.
- b. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Procedimentos comuns e especiais do CPP e a Lei 11.719/08.
- c. Atribuições do Ministério Público. Natureza jurídica. Conflitos de atribuições.

Ponto nº 9

- a. Efeitos civis da sentença penal.
- b. A ação penal privada.
- c. O imputado. Autodefesa e defesa técnica. A defesa na reforma processual penal (Lei 11.719/08) A vítima. O assistente de acusação.

Ponto nº 10

- a. A revisão criminal.
- b. A confissão. Prova documental. Indícios. Reconhecimento de pessoas e coisas.
- c. A defesa indireta no processo penal. As exceções. Questões prejudiciais.

1.3. DIREITO ELEITORAL

Ponto nº 1

- a. Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- b. Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.
- c. Legislação Eleitoral: princípios, forma e competência legislativa. Lei nº 9.504/97.

Ponto nº 2

- a. Circunscrições eleitorais. Órgãos da Justiça Eleitoral: competência, composição e escalonamento hierárquico. Servidores da Justiça Eleitoral.
- b. O procedimento eletivo e suas diferentes fases. Normas de regência: constitucionais, legais e regulamentares.
- c. Consulta e poder normativo. Organização do eleitorado. Urnas eletrônicas. Sistema informatizado de votação eletrônica. Sistema tradicional: votação manual e apuração dos votos.

Ponto nº 3

- a. O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.
- c. Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.

Ponto nº 4

- a. Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres.
- b. Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).
- c. Ação de impugnação ao registro. Ação de Impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.

Ponto nº 5

- a. O Ministério Público no Plano Eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b. Abuso do poder nas eleições, corrupção e fraude. Transporte de eleitores. Captação ilícita de votos.

- c. Evolução do Direito Eleitoral no Brasil. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.

Ponto nº 6

- a. Prazos, competência, legitimidade e recursos em matéria eleitoral.
- b. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.
- c. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação. Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação Eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).

Ponto nº 7

- a. Legislação eleitoral básica: Código Eleitoral, Lei Complementar nº 64/90, Lei nº 9.504/97, Lei nº 9.096/95 e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.
- b. Sufrágio. Voto. Sistema de apuração eletrônica. Captação ilícita de votos. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.
- c. Investigações realizadas pelo Ministério Público, regime disciplinar dos Promotores Eleitorais. Conflito de atribuições.

Ponto nº 8

- a. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Atos de Improbidade Administrativa. Abuso de poder. Multas eleitorais: cominação, aplicação e execução.
- b. O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- c. Ação penal. Perda do mandato eletivo. Imunidades. Foro por prerrogativa de função.

Ponto nº 9

- a. Sistemas majoritário e proporcional. Quocientes eleitoral e partidário. Nulidades no procedimento eletivo.
- b. Captação ilícita de votos. Ação de impugnação ao registro. Ação de Impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.
- c. Eleição, plebiscito e referendo: características essenciais e fiscalização.

Ponto nº 10

- a. Abuso de poder nas eleições: caracterização e meios de coibição. Democracia direta, indireta e semidireta.

- b. Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres. Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- c. Recursos em matéria eleitoral. Processo Penal Eleitoral. Representação eleitoral (art. 96 da Lei nº 9.504/97).

2. BANCA DE DIREITO CIVIL, DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DE DIREITO EMPRESARIAL:

2.1. DIREITO CIVIL

Ponto nº 1

- a. As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma.
- b. Teoria geral dos contratos. Elementos dos contratos. Classificação dos contratos. Princípios Sociais e Individuais dos Contratos. Contratos de adesão e cláusulas contratuais gerais. Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composse. Do Estatuto da Terra. Do parcelamento do solo. Estatuto da Cidade.
- c. A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica. Características. Finalidades. Princípios. Esponsais. Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Da herança e sua administração. Da vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).

Ponto nº 2

- a. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42). Disposições Finais e Transitórias do novo Código Civil. A relação jurídica. O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos. Direitos potestativos, ônus e faculdades. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigações divisíveis e indivisíveis.
- b. Efeitos do contrato. Interpretação dos contratos. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Contratos em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Vícios redibitórios. Evicção. Propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Usucapião. Lei de Registros públicos. Propriedade fiduciária.
- c. Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Oposição dos impedimentos. Sucessão legítima. Sucessão dos

descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e colaterais. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ponto nº 3

- a. Pessoa natural. Personalidade jurídica. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade. Extinção das obrigações.
- b. Extinção dos Contratos. Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Responsabilidade civil. Venda com reserva de domínio. Doação. Empreitada e prestação de serviços. Condomínio. Condomínio edilício. Usucapião especial rural e urbano. Usucapião coletivo. Direito de vizinhança. Registro civil da pessoa natural. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à vida. Medidas de proteção ao idoso.
- c. Casamento. Capacidade para o casamento. Celebração e provas. Celebração do casamento. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Direito de representação.

Ponto nº 4

- a. Pessoas jurídicas. Registro civil das pessoas jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica, no Código de Defesa do Consumidor e Código Civil. Fundações. Domicílio. Os bens. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Consequências da inexecução das obrigações. Mora e inadimplemento. Juros ilegais. Juros moratórios e compensatórios. Correção monetária. Perdas e danos. Danos emergentes. Lucros cessantes. Dano moral.
- b. Empreitada e prestação de serviços. Da promessa de recompensa. Direito de Superfície. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Medidas específicas de proteção ao idoso.
- c. Casamento. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens entre os cônjuges: conceito, natureza jurídica, características. Pacto antenupcial. Doações antenupciais. Bem de família legal e convencional. Formas de testamentos. Invalidade dos testamentos. Disposições testamentárias.

Ponto nº 5

- a. Aquisição, modificação e extinção dos direitos. Ato jurídico. Negócio jurídico. Classificação, elementos e interpretação dos negócios jurídicos. Representação. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Cessão de débito. Cessão de contrato.

- b. Locação. Lei nº 8.245/91. Transação. Compromisso. Cartão de crédito. Servidão. Usufruto. Uso e habitação. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: alimentos. Política de atendimento ao idoso. Estatuto da Cidade. Responsabilidade civil ambiental.
- c. Regime de bens entre os cônjuges. Regime da comunhão universal. Regime da comunhão parcial. Regime de participação final nos aqüestos. Regime da separação de bens: separação convencional e separação legal. Separação judicial e separação de fato. Separação judicial consensual. Separação judicial litigiosa. Separação de fato. Efeitos. Disposições conjuntas e direito de acrescer. Petição de herança. Cessão de herança.

Ponto nº 6

- a. Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigações de meio e resultado. Elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Assunção de dívida.
- b. Empréstimo. Direitos reais de garantia. Penhor e hipoteca. Direito Real de Aquisição. Registro de Imóveis. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à saúde. Entidades de atendimento ao idoso. Direito de empresa: sociedade personificada. Responsabilidade civil ambiental. Estatuto da cidade. Código de Defesa do Consumidor.
- c. Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. Efeitos. Separação consensual e divórcio consensual na Lei nº 11.441/07. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas. Caducidade de testamento. Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Espécies de legados.

Ponto nº 7

- a. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores. Resolução por onerosidade excessiva. Mandato. Gestão de Negócios. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido.
- b. União Estável: Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96. A união estável no Código Civil. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato. Relações de parentesco: conceito, espécies, linhas e graus. Efeitos legais. Estatuto da Criança e do Adolescente. Código de Defesa do Consumidor.
- c. Aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): obras intelectuais, contratos de direitos autorais; utilização de obras intelectuais e dos fonogramas. Direitos do autor. Dos direitos do consumidor: direitos básicos do consumidor. Legados: Caducidade dos legados. Substituições. Fideicomisso. Parcelamento do solo urbano.

Ponto nº 8

- a. Inexistência, invalidade e ineficácia dos negócios jurídicos: nulidade, anulabilidade e ineficácia. Títulos de crédito: títulos à ordem, ao portador e nominativos. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária.
- b. Contrato de transporte. Responsabilidade civil. Dos direitos do consumidor: da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da profissionalização e do trabalho. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva.
- c. Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/92). Filiação socioafetiva. Adoção: conceito. Adoção no novo Código Civil. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Deserdação. Revogação e rompimento de testamento.

Ponto nº 9

- a. Ato ilícito e Abuso do Direito. Responsabilidade civil. Seguro. Atos unilaterais: promessa de recompensa e gestão de negócios. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento.
- b. Poder familiar e tutela. Exercício do poder familiar. Efeitos do poder familiar. Suspensão e extinção do poder familiar. Guarda. Tutela. Efeitos da tutela. Curatela e ausência: Curatela. Noções gerais. Espécies de curatela. Ausência. Interdição. Estatuto da Criança e do Adolescente: guarda, tutela e adoção. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da previdência social e da assistência social. Responsabilidade civil ambiental. Prescrição e decadência.
- c. Petição de herança. Cessão de herança. Redução das disposições testamentárias. Revogação de testamento. Rompimento do testamento. Do testamenteiro. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): direitos conexos. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078/90): das práticas abusivas comerciais.

Ponto nº 10

- a. Prescrição e decadência. Forma e Prova dos Negócios Jurídicos. Fiança. Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa. Novação. Compensação. Confusão. Remissão
- b. Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos. Alimentos provisionais: provisórios e definitivos (Lei nº 5.478/68). Alimentos: revisão. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da habitação e do transporte. Responsabilidade civil contratual e extracontratual.

- c. Inventário e Partilha. Inventário e Partilha na Lei nº 11.441/07. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): as sanções civis às violações dos direitos autorais. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078/90): da proteção contratual.

2.2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ponto nº 1

- a. Processo Civil e Direitos Fundamentais. Jurisdição e Competência. Acesso à justiça.
- b. Recursos. Disposições gerais. Princípios. Recursos em espécie. Reexame necessário. Reclamação. Ação Rescisória.
- c. Tutela específica. Execução e cumprimento da sentença. Liquidação. Embargos de terceiro.

Ponto nº 2

- a. Ministério Público na Constituição. Ministério Público no processo civil.
- b. Processo Cautelar. Ações Cautelares em espécie. Providências cautelares nas Ações Coletivas e Ação Civil Pública.
- c. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal. Execução na Ação Civil Pública.

Ponto nº 3

- a. Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. a ação como instrumento de acesso à Justiça. Ações coletivas. Ação Civil Pública.
- b. Intervenção de terceiros. Substituição processual. Limites subjetivos da coisa julgada.
- c. Tutelas de urgência. Responsabilidade por danos processuais. Boa-fé objetiva no processo civil.

Ponto nº 4

- a. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Princípios processuais constitucionais.
- b. Tutelas coletivas: atualidades e perspectivas.
- c. Teoria Geral da prova. Fontes e meios de prova. Provas ilícitas e ilegítimas.

Ponto nº 5

- a. Partes. Capacidade e legitimação. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. A legitimação para as ações coletivas.
- b. Julgamento e ônus da prova. Fundamentação da decisão judicial. Coisa julgada.
- c. Negócio jurídico processual. Existência, validade e eficácia dos atos processuais. Formalismo processual. Efetividade do processo.

Ponto nº 6

- a. Objeto do processo. Mérito. Questões preliminares e questões prejudiciais. Fatos e atos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Nulidades processuais.
- b. Ação civil pública. O inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta. A defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- c. Ministério Público no Processo Civil.

Ponto nº 7

- a. Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutela antecipada. Sentença e coisa julgada.
- b. Execução de título extrajudicial: Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Execução e tutela específica para entrega de coisa. Cumprimento de sentença.
- c. Teoria Geral dos Recursos. Reclamação. Ação Rescisória.

Ponto nº 8

- a. Petição inicial. Ajuizamento, distribuição e registro. Despacho e sentença liminar. Citação. Respostas do réu.
- b. Admissibilidade da demanda. Modelo processual do processo civil. Ministério Público e efetividade do processo.
- c. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. *Habeas data*. Ação popular. Processo Civil e políticas públicas.

Ponto nº 9

- a. Resposta do réu. Revelia. Exceções de incompetência e de suspeição. Reconvenção. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência preliminar. As provas. Disposições gerais. As provas em espécie.

- b. Controle de constitucionalidade. Controle incidental de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão.
- c. Ação civil pública. Ações relacionadas com a defesa do consumidor. Cidadania e Meio Ambiente. Proteção do portador de deficiência. Procedimentos disciplinados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso e na Lei de Improbidade Administrativa.

Ponto nº 10

- a. Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada. Coisa julgada nas Ações Coletivas e na Ação Civil Pública.
- b. Novas tendências do Direito Processual. Escopos sociais, políticos e jurídicos. Garantias fundamentais e efetividade do processo.
- c. Tutela coletiva: atualidades e perspectivas. Inquérito Civil. Termo de Ajustamento de Conduta.

2.3. DIREITO EMPRESARIAL

Ponto nº 1:

- a. Teoria dos atos de comércio e Teoria da empresa. Conceitos de empresa, empresário e estabelecimento empresarial.
- b. Sociedades limitadas.
- c. Pedido de falência. Impontualidade e atos de falência.

Ponto nº 2:

- a. Empresário individual. Contrato de arrendamento mercantil (leasing). Contrato de alienação fiduciária em garantia.
- b. Estabelecimento empresarial: alienação, arrendamento e aspectos relevantes. Sociedades anônimas.
- c. Ministério Público no processo de insolvência empresarial (falências e recuperação de empresas). Sentença de falência.

Ponto nº 3:

- a. Letra de câmbio. Nota promissória. A convenção de Genebra (Lei Uniforme) e o Novo Código Civil.
- b. Responsabilidade do administrador da sociedade limitada e da sociedade anônima. Contrato de faturização (factoring). Contrato de desconto bancário. Contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- c. Habilitação, verificação e classificação de crédito na falência.

Ponto nº 4:

- a. Protesto cambial. Ações cambiais. Ação de locupletamento. Títulos de crédito virtuais.
- b. Direito de retirada. Exclusão de sócio. Apuração de haveres. Contrato de cartão de crédito.
- c. Efeitos da falência quanto à pessoa do falido. Agentes da falência: Ministério Público. Juízo. Administrador. Credores. Comitê e Assembléia de Credores.

Ponto nº 5:

- a. Teoria geral dos títulos de crédito. A convenção de Genebra (Lei Uniforme) o e Novo Código Civil.
- b. Sociedades controladoras e controladas (holdings). Sociedades coligadas. Grupos de sociedades. Consórcios de sociedades. Sociedades de propósito específico. Locação de imóveis para fins empresariais.
- c. Efeitos da falência em relação aos bens do falido. Pedido de restituição. Embargos de terceiros.

Ponto nº 6:

- a. Princípios e atributos de direito cambiário. A Convenção de Genebra (Lei Uniforme) e o Novo Código Civil.
- b. Código de Defesa do Consumidor.
- c. Efeitos da falência quanto aos contratos do falido. R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e liquidação extrajudicial.

Ponto nº 7:

- a. Sociedades simples e empresárias. Sociedades cooperativas. Sistema nacional de registro das sociedades. Juntas comerciais e registros civis de pessoas jurídicas.
- b. Sociedades limitadas. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c. Ação revocatória. Inquérito civil. Apuração dos crimes falimentares e de recuperação de empresas: formas de investigação e procedimento judicial.

Ponto nº 8:

- a. Teoria geral do direito societário. Sociedade em conta de participação. Sociedade em comum. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b. Nome empresarial, título do estabelecimento e marca. Sociedades anônimas.

- c. Realização do ativo e liquidação do passivo na falência. Sentença de encerramento e sentença de reabilitação na falência.

Ponto nº 9:

- a. Cheque. Duplicata. Cédula de crédito bancário.
- b. Contrato de Aquisição de Ativos. Intervenção e Liquidação Extrajudicial.
- c. Recuperação de empresas.

Ponto nº 10:

- a. Contrato de trespasse de estabelecimento empresarial. Contrato de franquia empresarial.
- b. Endosso. Aceite. Aval.
- c. Recuperação de empresas.

3. BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DE DIREITO ADMINISTRATIVO, DE PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DE DIREITO TRIBUTÁRIO:

3.1. DIREITO CONSTITUCIONAL:

Ponto nº 1

- a. Conceitos e classificações das Constituições. Poder Constituinte: noção, modalidades, distinções e limites. Princípios constitucionais fundamentais. Controle de constitucionalidade.
- b. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais, coletivos e difusos. Nacionalidade e cidadania. Direitos políticos. Inabilitação. Ação de impugnação de mandato eletivo. Direitos sociais. Tratados e convenções internacionais.
- c. Ordem social: princípios e regras. Seguridade social: saúde, previdência e assistência sociais. Educação, cultura e desporto. O meio ambiente, os patrimônios público, social e cultural, a família, a criança, o adolescente, o idoso e o deficiente na Constituição. Funções institucionais do Ministério Público.

Ponto nº 2

- a. Organização do Estado. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. Presidencialismo e parlamentarismo. Sistemas eleitorais e partidos políticos. A República Federativa do Brasil. A União Federal: bens e competências exclusivas, privativas, concorrentes e comuns.

- b. b) Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Comissões Parlamentares de Inquérito. O Conselho Nacional do Ministério Público: composição e competências.
- c. Bens dos entes federados. Direito de propriedade. Limitações e condições para o seu exercício. Função socioambiental da propriedade. Confisco. Desapropriação. Tombamento. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.

Ponto nº 3

- a. Hermenêutica, interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. A democracia participativa: iniciativa popular, plebiscito e referendo. A defesa do regime democrático pelo Ministério Público.
- b. Os Estados-membros na federação brasileira. Bens e competências residuais, concorrentes e comuns. As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados-membros. O princípio da simetria. O Distrito Federal. Controle de constitucionalidade.
- c. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Administração indireta. Descentralização administrativa. A efetivação pelo Ministério Público do respeito dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais.

Ponto nº 4

- a. Tipologia, validade, eficácia e efetividade das normas constitucionais. Normatividade constitucional: princípios e regras. Disposições constitucionais gerais e transitórias: natureza e fins. Fundamentos do Estado.
- b. Ações constitucionais: *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança individual e coletivo, Ação Popular, Ação Civil Pública, *Habeas Data* e Mandado de Injunção. O Inquérito Civil. A defesa dos direitos sociais, transindividuais e individuais indisponíveis pelo Ministério Público.
- c. Poder Judiciário. O STF, o STJ e as Justiças Federal e Estadual. Garantias dos Juízes. Incompatibilidades. Tribunais e respectivas competências. O exercício de funções legislativas e administrativas por órgãos do Poder Judiciário. Sistemas de jurisdição: única e dúplice. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula vinculante. Repercussão Geral. O Conselho Nacional de Justiça.

Ponto nº 5

- a. O princípio da supremacia da Constituição. Direitos humanos. Soberania estatal e proteção internacional. O controle da constitucionalidade dos atos normativos no Brasil. O controle jurisdicional difuso e incidental. O controle

jurisdicional concentrado e abstrato. O princípio da reserva de plenário. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão. A ação declaratória de constitucionalidade. A arguição de descumprimento de preceito fundamental. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade. A defesa da ordem jurídica pelo Ministério Público.

- b. Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c. Tributação e Orçamento. Princípios gerais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Empréstimos externos. Responsabilidade fiscal. Autonomia financeira do Ministério Público.

Ponto nº 6

- a. Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: procedimentais, materiais, circunstanciais e temporais. Cláusulas pétreas. A mutação constitucional. Controle de constitucionalidade.
- b. Autonomia dos entes federativos: significado e limites. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e cooperação federativos: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. A representação do Ministério Público para fins de intervenção da União e dos Estados.
- c. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Decretos. Matérias de reserva legal. Delegações legislativas. Medidas provisórias. Controle pelo Legislativo e pelo Judiciário. Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.

Ponto nº 7

- a. Princípios e regras gerais da Administração Pública na Constituição Federal. Improbidade Administrativa. Órgãos públicos. Entidades da Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. A efetivação pelo Ministério Público do respeito dos Poderes Públicos aos direitos constitucionais.
- b. O Município na Constituição Federal. Princípios de organização e competências municipais. Direitos e deveres dos Prefeitos e Vereadores. Lei Orgânica do Município. Plano Diretor. Constituição estadual e autonomia municipal.
- c. Sistema Tributário Nacional. Competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Limitações ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade. A defesa do contribuinte pelo Ministério Público.

Ponto nº 8

- a. Ação direta de inconstitucionalidade: aspectos processuais específicos. A medida cautelar e a suspensão liminar. Efeitos da decisão provisória e definitiva na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade. A defesa da ordem constitucional pelo Ministério Público.
- b. Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Responsabilidades do Presidente da República, dos Governadores, dos Prefeitos, dos Ministros de Estado e dos Secretários estaduais e municipais. O processo de impedimento nos três níveis. Vacância do cargo. Reeleição. Inabilitação. Inelegibilidades na Constituição. Crimes de responsabilidade.
- c. Funções essenciais à Justiça. O Ministério Público: organização, princípios e funções institucionais. Garantias e vedações de seus membros. Advocacia Pública: Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados e dos Municípios. Defensoria Pública da União e dos Estados. Advocacia privada.

Ponto nº 9

- a. Poder Legislativo. O Congresso Nacional: Senado Federal e Câmara dos Deputados. As Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais. Atribuições e competências. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da Administração Pública. Direitos e deveres dos parlamentares. Comissões Parlamentares de Inquérito: objeto, poderes e limites. Os Tribunais de Contas.
- b. Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais de regime constitucional anterior. Disposições gerais e transitórias. Recepção, não recepção e inconstitucionalidade de normas infraconstitucionais. O Procurador-Geral da República e o Procurador-Geral de Justiça. Atribuições constitucionais.
- c. Competências originárias e recursais dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Superiores. Juizados Especiais e Turmas Recursais. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Controle de constitucionalidade. Suspensão de segurança. A atuação do Ministério Público nos Tribunais.

Ponto nº 10

- a. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Comissões. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. As medidas provisórias. Processos legislativos estadual e municipal. Tratados e convenções internacionais.
- b. Princípios constitucionais da Administração Pública. Acesso aos cargos e empregos públicos. Cargos efetivos e comissionados. Regimes jurídicos dos

servidores públicos. Regime previdenciário. Acumulação. Subsídio. Limite máximo de remuneração. Aposentadoria. Licitação. Improbidade administrativa.

- c. Defesa do Estado e do regime democrático. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guardas Municipais. Competências. Funções institucionais do Ministério Público. A ação penal pública, a investigação criminal e o controle externo da atividade policial pelo Parquet.

3.2. DIREITO ADMINISTRATIVO

Ponto nº 1

- a. Ato administrativo. Poderes e deveres administrativos
- b. Fundações públicas. Modalidades e regime jurídico. Ação civil pública.
- c. Responsabilidade extracontratual do Estado.

Ponto nº 2

- a. Controle da Administração Pública
- b. Função social da propriedade. Instrumentos interventivos. Desapropriação. Política urbana.
- c. Administração Indireta e entidades do terceiro setor.

Ponto nº 3

- a. Agentes e servidores públicos. Regimes jurídicos.
- b. Discricionariedade e razoabilidade. Responsabilidade na gestão fiscal. Improbidade administrativa.
- c. Ação popular, ação civil pública e *habeas data*.

Ponto nº 4

- a. Serviços públicos: concessão, permissão. Parcerias. Princípios. Taxa. Tarifa. Preço
- b. Prescrição e decadência no Direito Administrativo. Prerrogativas processuais da administração em juízo.
- c. Anulação e revogação: ato administrativo e contrato administrativo.

Ponto nº 5

- a. Funções estatais. Função administrativa. Princípios da Administração Pública.

- b. Elementos do ato administrativo. Vícios do ato. Revisão.
- c. Licitação. Princípios, fundamentos, modalidades e procedimentos.

Ponto nº 6

- a. Contrato administrativo e contrato privado da Administração Pública. Convênios e consórcios públicos. Concessão de florestas públicas.
- b. Regulamento. Controle judicial dos regulamentos. Vigência e eficácia.
- c. Processo administrativo. Recursos administrativos.

Ponto nº 7

- a. Poder de polícia. Prerrogativas de polícia. Princípio da proporcionalidade. Atividades comunicadas à Administração.
- b. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Empresas com participação do Estado.
- c. Controle administrativo e judicial do ato administrativo. Espécies de controle. Controle de atos normativos. Mandado de segurança. Ação popular.

Ponto nº 8

- a. Ato administrativo. Uso de bem público: atos de consentimento estatal.
- b. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Estado e domínio econômico.
- c. Interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos. Ação civil pública.

Ponto nº 9

- a. Bens públicos e bens afetados à prestação de serviços públicos. Servidão administrativa. Limitações administrativas.
- b. Administração em juízo. Mandado de segurança individual e coletivo.
- c. Contratos administrativos. Licitações públicas.

Ponto nº 10

- a. Responsabilidade extracontratual do Estado.
- b. Administração direta e autárquica. Agências reguladoras. Atuação do Estado na economia.
- c. Improbidade administrativa. Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Instrumentos de jurisdição constitucional.

3.3. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ponto nº 1

- a. Evolução histórica do Ministério Público. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização e atribuições. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição.
- b. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público.
- c. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: delineamentos e atuação do Ministério Público - cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de deficiência, idoso, infância e juventude. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.

Ponto nº 2

- a. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização e atribuições. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. O Ministério Público e o processo coletivo. O Ministério Público no contexto dos Poderes Políticos. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. O Ministério Público e o controle das omissões administrativas e a efetividade de políticas públicas. O Ministério Público e as lesões aos interesses e ao patrimônio público. Improbidade administrativa.
- c. Iniciativa, competência legislativa e emendas parlamentares. As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625/93, Lei Orgânica do Ministério Público da União – Lei Complementar Federal nº 75/93, Lei Complementar Estadual nº 106/03 e Lei Complementar Estadual nº 113/06.

Ponto nº 3

- a. Os membros do Ministério Público como agentes públicos: garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos. O Ministério Público e o controle da omissão administrativa e a efetividade de políticas públicas. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição. O princípio da independência funcional.

- c. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público.

Ponto nº 4

- a. A atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público. Órgão agente e órgão interveniente. Atendimento ao público. Atribuições: declaração, dúvida e conflito. Capacidade postulatória do Ministério Público. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público; cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de deficiência, idoso, infância e juventude. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores.
- c. Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Controle interno e externo da investigação civil e/ou penal promovida pelo Ministério Público. Ampla defesa, segredo de Justiça, interesse público e prerrogativas do Ministério Público.

Ponto nº 5

- a. Órgãos administrativos e de execução: denominação, composição, provimento, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Delegação e fixação de atribuições. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, idoso e criança e adolescente. Ações e serviços de saúde: relevância pública, controle social do Sistema Único de Saúde, recursos orçamentários vinculados, Emenda Constitucional nº 29/00 e Leis nos 8.080/90 e 8.142/90. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c. Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Princípio da independência funcional. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público e intervenção institucional.

Ponto nº 6

- a. O Ministério Público como órgão agente e órgão interveniente. Atribuições: declaração, conflito e dúvida. Princípio do Promotor Natural. Capacidade postulatória do Ministério Público. Pluralidade e atuação concomitante de

membros da instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.

- b. Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Controle interno e externo da investigação civil e/ou penal promovida pelo Ministério Público. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal. Isonomia das partes e prerrogativas do Ministério Público.
- c. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público.

Ponto nº 7

- a. Atribuições eleitorais e organização do Ministério Público. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. O Ministério Público e o controle da omissão administrativa e a efetividade de políticas públicas.
- b. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições. Regime jurídico dos membros do Ministério Público. A capacidade postulatória do Ministério Público. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c. Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. O Ministério Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle externo do Ministério Público. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição.

Ponto nº 8

- a. Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Promotor *ad hoc*. Conflitos de atribuição. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. O Ministério Público e a proteção dos direitos fundamentais: planos nacional e internacional. Controle externo da atividade policial. O Ministério Público e as lesões aos interesses e ao patrimônio público. Improbidade administrativa.
- c. Instrumentos de controle da administração pública. Responsabilização dos agentes públicos. Controle externo do Ministério Público. Inquérito civil e ação civil pública. Independência funcional. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público e intervenção processual da instituição.

Ponto nº 9

- a. Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Regime jurídico dos membros do Ministério Público. Princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- b. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: delineamentos e atuação do Ministério Público - cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de deficiência, idoso, infância e juventude. Assistência à saúde na Constituição da República e nas Leis nos 8.080/90 e 8.142/90: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c. Inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal. Ampla defesa, segredo de Justiça, interesse público e prerrogativas do Ministério Público.

Ponto nº 10

- a. Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. A atuação do Ministério Público no processo civil. Capacidade postulatória do Ministério Público. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público.
- c. Os membros do Ministério Público como agentes públicos; responsabilidade civil, penal, política e funcional. Garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos. Legitimidade e intervenção processual da instituição.

3.4. DIREITO TRIBUTÁRIO

Ponto nº 1

- a. Poder de tributar. Competência tributária. Tributos do Sistema Tributário Nacional
- b. Impostos diretos e indiretos. Impostos reais e pessoais
- c. Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.

Ponto nº 2

- a. Princípios da legalidade tributária
- b. Competência tributária dos Estados e Municípios
- c. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária

Ponto nº 3

- a. Princípios da igualdade tributária e da capacidade contributiva
- b. Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços
- c. Processo judicial tributário: Mandado de Segurança, Ação de Consignação em Pagamento e Medidas Cautelares.

Ponto nº 4

- a. Princípio da anterioridade da lei.
- b. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação.
- c. Crédito tributário: lançamento.

Ponto nº 5

- a. Fraude, elisão evasão e sonegação fiscal contra a Fazenda Pública
- b. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- c. Obrigação tributária: sujeito ativo e passivo. Fato gerador da obrigação tributária.

Ponto nº 6

- a. Princípio da irretroatividade da lei.
- b. Execução contra a Fazenda Pública.
- c. Imunidade tributária, isenção tributária e não incidência tributária; alíquota zero

Ponto nº 7

- a. Princípios da vedação ao confisco e da livre circulação.
- b. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- c. Execução fiscal e embargos.

Ponto nº 8

- a. Responsabilidade por substituição tributária. Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações.
- b. Imposto sobre serviços de qualquer natureza

- c. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Ponto nº 9

- a. Modalidades de extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário.
- b. Contribuições de melhoria. Contribuições especiais.
- c. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Dívida ativa tributária. Concurso fiscal de preferência.

Ponto nº 10

- a. Decadência e prescrição do crédito tributário.
- b. Taxas.
- c. Pagamento e repetição do indébito tributário. Ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória.